

Gestão Contemporânea

Cidades estratégicas e organizações locais

2ª edição

Tânia Fischer
organizadora

Albino Rubim

Angela Teixeira

Breno Augusto Souto-Maior Fontes

Elisabeth Loiola

Eugène Enriquez

Florence Heber

James Giacomoni

Jaques Gerin

Jordi Borja

Linda Maria de Pontes Gondim

Marcelo Dantas

Maria de Lourdes Siqueira

Norma Moura Lacerda de Melo

Paulo R. Guimarães da Silva

Suely Maria Ribeiro Leal

Suzana Moura

Tânia Fischer

Tomás R. Villasante



Registro: 00.2027

Data: 28/08/06

MFN=2427



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
EDITORA

ANÁLISE DE REDES: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

*Elisabeth Loiola**

*Suzana Moura**

INTRODUÇÃO

Chama a atenção a crescente utilização do conceito de rede no campo das ciências sociais.¹ Como na linguagem cotidiana, todavia, esse conceito vem sendo empregado com diferentes sentidos, denotando muitas vezes noções aparentemente contraditórias.

Ademais, essa metáfora surge associada a novas e antigas formas de organização social, no seu sentido amplo. O que há de novo, portanto, no cenário atual, além da difusão da utilização do referido conceito? O que leva ou está por trás dessa disseminação?. E ainda, qual o rebatimento na área de estudos organizacionais?

Para responder a essas questões, mesmo preliminarmente, julgou-se importante resgatar, neste trabalho, as principais contribuições de vários autores que hoje se destacam pela adoção do enfoque de rede. Os trabalhos selecionados têm como objeto empírico de investigação tanto setores produtivos, quanto a organização social mais ampla. Mais especificamente, estendem-se aos campos de estudo das relações interpessoais, dos movimentos sociais, do Estado e de suas políticas e da produção/circulação de mercadorias e serviços.

Buscou-se, com fundamento nesses estudos, clarear a natureza da problemática e ressaltar vantagens do uso do conceito. Assim, os trabalhos serviram de base

* Professoras e doutorandas, UFBA.

¹ São ilustrativas a realização de eventos e a publicação de revistas dedicadas exclusivamente ao tema nos anos 90, entre os quais: a *Conference Européenne sur L'Analyse des Réseaux Sociaux* (Paris, 1991); o *Workshop on International Networks* (Jouy-en-Josas, 1995); *Le clair-obscur des réseaux* (*Revue Pour*, Paris, Grep (132), 1991); e o nº 20 de *Research Policy* (1991), dedicado a trabalho e pesquisas sobre rede de inovações.

para identificar, por comparação, sentidos convergentes e divergentes e para destacar os aspectos atuais que estão vinculados à utilização do conceito de rede, dirigindo-se a análise, mais detidamente, para o campo dos negócios e o espaço da ação pública.

Tal procedimento metodológico criou oportunidade para o delineamento de respostas para as questões anteriormente citadas, além de permitir orientar o debate para os usos e possíveis contribuições da análise de rede em estudos organizacionais.

OS DIFERENTES SENTIDOS DE REDE

Registra o Aurélio que o vocábulo “rede” deriva do latim *rete*, que significa “entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido”. Os fios e as malhas dão a forma básica da rede. De imediato, os fios podem corresponder às linhas ou às relações entre atores e organizações, os quais representariam as malhas ou os “nós”. Além dessas, duas outras características podem ser destacadas no movimento de aproximação entre os significados etimológico e científico: a regularidade e a interligação perceptíveis na formação do tecido e que estão presentes, como ver-se-á, em abordagens de rede nas ciências sociais e em áreas técnicas.

A presença de um ponto central, de uma fonte geradora/propulsora, não figura no significado popular de rede. A *igualdade* e a *complementaridade* entre as partes são seus aspectos básicos, reforçados pela *regularidade entre as malhas*. Cada nó do tecido é estratégico, é fundamental para o todo, mas eles só formam o tecido quando ligados entre si pelas linhas. Não há, portanto, diferença nem entre os “nós”, nem entre as linhas. Além disso, como encarnam em si as idéias de origem e de destino, os “nós” limitam e, ao mesmo tempo, são pontos a partir dos quais a rede se expande. A transformação da rede dá-se apenas pela expansão. Por isso, não há também diferenças hierárquicas entre linhas e nós. Só há diferenças de função entre eles — ligação e sustentação, respectivamente — para formar o tecido.

Confirmando a complexidade e a transformação que os usos e costumes imprimem, a palavra “rede” apresenta outros sentidos. Pode significar cilada, armadilha, se estiver associada aos instrumentos de pesca e caça (rede de pesca e rede de caça). Constitui-se em instrumento amortecedor de queda no circo e no corpo de bombeiros (rede de circo e rede de corpo de bombeiro). Serve de proteção,

de sustentação, como as redes de cabelo e as telas de arame. E ainda pode ser utilizada como marco divisório do espaço entre concorrentes como as “redes” de vôlei e de tênis.

No plano técnico-operacional, o termo “rede” denota comumente a idéia de fluxo, de circulação. São as redes de comunicação, de transportes, de água e esgoto e de telecomunicações, só para citar alguns exemplos. Aqui, pode-se vislumbrar claramente dois tipos de rede: o primeiro caracteriza-se pelo fluxo *unidirecional*, com pontos de origem e de destino bem definidos. Na origem, localiza-se a *fonte geradora do fluxo*, configurando-se como ponto central da rede, conforme ilustra a rede de energia elétrica. Já a interconexão entre os pontos/elementos singulariza *redes multidirecionais*. Nessas, diferentemente da unidirecional, os fluxos (“fios”) acontecem sem que haja necessariamente um centro propulsor e percorrem as unidades (“malhas” ou “nós”) que se complementam para formar a rede, sendo ilustrativo deste último caso as redes de computadores, como a Internet.

OS SENTIDOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

O conceito de rede pode ser encontrado em várias disciplinas e no estudo de diferentes fenômenos sociais. Da antropologia ressaltam-se, por exemplo, as redes primárias, para indicar formas específicas de interação entre indivíduos de determinados agrupamentos. Da sociologia destacam-se as redes sociais, para denominar as múltiplas relações tecidas a partir de associações coletivas, entre outras. Na geografia, têm-se as redes urbanas, que indicam níveis de interdependência e de fluxos entre cidades. Isso para citar alguns exemplos.

Nesses, e em outros casos, as noções são variadas e ora aproximam-se da imagem de rede unidirecional, ora da rede multidirecional, conforme o sentido etimológico do termo. Para discutir essa e outras questões, destacou-se da literatura em análise os sentidos atribuídos à categoria rede, nos campos de estudo das relações interpessoais, dos movimentos sociais, do Estado e das políticas públicas e dos negócios.

Nos trabalhos que têm por foco o indivíduo, a rede constitui-se por meio de interações que visam à comunicação, à troca e à ajuda mútua e emerge a partir de interesses compartilhados e de situações vivenciadas em agrupamentos ou localidades — a vizinhança, a família, o parentesco, o local de trabalho, a vida profissional etc. Enquadram-se nesse campo, as redes primárias, as redes naturais, as

redes submersas e também as redes de comunicação. Nas palavras de Neuschwander (1991), tais redes são estruturas informais, que articulam atores (indivíduos) que estabelecem uma forte comunicação entre si. Ou como ressalta Guedon (apud Grosselin & Lefilleul, 1991), os indivíduos nas redes (primárias) interagem de forma natural por agrupamento e conhecimento, e as relações têm base afetiva, podendo mudar ao longo do tempo.

Redes de movimento, redes sociais e redes de solidariedade são expressões que se vinculam aos estudos efetuados no campo dos movimentos sociais. Nesse caso, a rede corresponde a articulações/interações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações/movimentos reivindicatórios (ONGs, associações, sindicatos etc.), visando à mobilização de recursos, ao intercâmbio de dados e experiências e à formulação de projetos e políticas. Scherer-Warren (1994) observa que, nessa acepção, as redes singularizam-se pelas “interações horizontais e práticas pouco formalizadas ou institucionalizadas entre as organizações da sociedade civil, grupos e atores informais”. A base de tais formações seria a existência de conflitos, de laços de solidariedade e de projetos políticos ou culturais compartilhados, fundados em identidades e valores coletivos.

As redes contribuiriam, assim, para engendrar as condições de mobilização, uma vez que o movimento social constitui-se a partir da teia de interações informais estabelecida por uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações (Diani, 1993). Randolph (1993) assinala ainda a possibilidade de uma ampla abrangência territorial das redes de solidariedade, com muitas delas adquirindo *status* mundial. Segundo ele, isso decorreria do fato de que as redes refletiriam uma complexa e sistemática articulação entre os agentes populares locais e agentes externos, os quais podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais.

No campo do Estado, as redes representam formas de articulação entre agências governamentais e/ou destas com redes sociais, organizações privadas ou grupos que lhes permitem enfrentar problemas sociais e implementar políticas públicas. Nesse caso estão as chamadas redes institucionais, redes secundárias formais, redes sócio-governamentais e redes locais de inserção.

Dubouchet (1991) assinala que as redes institucionais são “coordenações ou comissões formais que reagrupam instituições engajadas nas mesmas políticas. Sua composição e suas missões são geralmente impostas por uma regulamentação”. A cada novo programa, na ótica do autor, a regra administrativa leva à formação de uma comissão, que passa a funcionar com certo grau de autonomia. Já Grosselin e Lefilleul (1991) ressaltam que, além de as funções a cumprir determinarem a

existência de uma rede secundária formal, as relações sociais dentro delas são definidas por normas precisas e por funções e papéis atribuídos aos indivíduos para a realização de serviços. Nessas concepções, as redes apresentam nível avançado de formalização.

Tratando especificamente das políticas públicas desenvolvidas no âmbito local, Maurel (1991) afirma que o “trabalho em rede ... significa uma profunda redefinição das políticas sociais, uma recomposição do papel do Estado e das coletividades”. Ainda segundo a autora, a rede local, impulsionada por um centro, permite articular os diversos atores do Estado e da sociedade civil em torno de uma ação pública. Morgensztern (1991) chama a atenção para o fato de que esse tipo de rede articula representantes institucionais e profissionais, assumindo às vezes dinâmicas informais e flexíveis, e raramente integra “redes primárias de usuários”. A abordagem dos processos de democratização nas relações entre Estado e sociedade no Brasil indica, por outro lado, a constituição de espaços públicos de negociação e participação da cidadania na gestão local, ou redes sócio-governamentais.

Entrando no campo dos negócios, observa-se que a rede representa a forma de organização intermediária entre a firma e o mercado, rompendo-se, portanto, os princípios de hierarquia inflexível ou de liberdade pela atomização dos agentes vinculados àqueles dois processos de coordenação da atividade econômica. Redes de inovadores, redes sistêmicas, redes secundárias não-formais e redes estratégicas são denominações encontradas nos estudos da área.

As redes de inovadores são vistas por Freeman (1991) como um arranjo institucional básico para viabilizar a sistematização do processo de inovação. As redes sistêmicas correspondem, na visão de Alter e Hagg (1993), ao “agrupamento de organizações que tomam decisões conjuntas e articulam esforços para produzir um produto ou serviço”. As redes secundárias não-formais surgiriam, por sua vez, em resposta a necessidades precisas e para fornecer serviços particulares. Em tais redes, não há distinção de funções entre os atores (por exemplo, entre usuários e produtores). Além disso, estas tornariam possível “partilhar recursos e elaborar um suporte coletivo” (Grosselin & Lefilleul, 1991).

Por último, as redes estratégicas distinguir-se-iam pela conjunção de relações complexas recíprocas, de caráter mais cooperativo do que competitivo. Sua composição goza de relativa estabilidade. Os membros são empresas juridicamente independentes, mas que, à semelhança de uma das conotações técnicas referidas no item anterior, dependem de uma empresa focal. Essa empresa focal seria a líder na formulação de estratégias.

ANTIGOS E NOVOS SENTIDOS: HÁ ALGO DE NOVO NA(S) REDE(S)?

A análise das abordagens de rede nos quatro campos já citados permite visualizar as dinâmicas e características associadas ao conceito, bem como a convergência e a divergência entre os campos e em cada um deles. Salvo no caso dos estudos desenvolvidos no âmbito das relações interpessoais, há pluralidade de atores no processo, resultando as redes da interação simultânea de indivíduos, organizações formais e/ou informais. Estão presentes nas conceituações expostas algumas das características relativas ao uso popular: regularidade, proteção, amortecimento (de tensões e conflitos) e até a demarcação de campos (ver quadro 1).

Além disso, o emprego de noções diferenciadas, e mesmo dicotômicas, na identificação de redes ocorre no uso científico. Por exemplo, alguns distinguem a rede pela informalidade; em outros casos, é a formalidade que aparece nas interações. As teias de interações horizontais marcam mais fortemente as redes de movimentos sociais e de relações interpessoais, embora exista também a menção à não-hierarquia nos dois outros campos estudados. Já nas áreas do Estado e dos negócios, a figura do centro animador ou operador, ou ainda da empresa focal, faz-se presente, o que torna as redes aí tecidas mais próximas do modelo unidirecional que do multidirecional (ver quadro 2).

Cooperação/competição, efemeridade/permanência, solidariedade/conflito, igualdade/diversidade e racionalidade instrumental/racionalidade comunicativa são outras das noções diferenciadas que indicam fenômenos e conceitos múltiplos de rede. Essas dicotomias permitem revelar, de um lado, a complexidade das interações e organizações em rede; de outro, a forte polaridade das noções deriva ainda do fato de estarem sendo foco de análise fenômenos situados em diferentes campos, bem como organizações e processos em diferentes estágios de maturação.

Mas o que há de novo nos modos atuais de abordar as redes?

Uma das novidades é a larga difusão de sua utilização, além do fato de que, mais recentemente, seu emprego procura revelar dimensões inusitadas que estariam associadas aos padrões organizativos emergentes na atualidade. Tomando especificamente dois dos campos citados, pode-se destacar alguns elementos dessa problemática.

O crescente recurso à (inter)ação em rede surge como uma estratégia para enfrentar um ambiente de turbulências e incertezas, caracterizado ainda pela forte competitividade e por crises e movimentos de reestruturação, tanto nos estudos na esfera da ação pública como na dos negócios. Por um lado, a crise do *Welfare*

QUADRO 1

NOÇÕES ASSOCIADAS AOS CONCEITOS DE REDE

	Campo interpessoal	Campo movimentos sociais	Campo Estado/políticas públicas	Campo produção/circulação
A	Só indivíduos	ONGs, organizações populares, grupos, atores políticos, associações profissionais, sindicatos etc.	Agências governamentais, governos locais e outros níveis	Agentes econômicos: produtores, fornecedores, usuários etc.
T				
O				
R		→		→
E		→	→	Arranjos parceiros
S		Pluralidade/diversidade Atores ←	Idem	←
	Informalidade	Informalidades/pouca formalidade	Formalidade/informalidade	Idem
C				
A	Interesses e valores comuns	Interesses e projetos políticos/culturais coletivos	Problemas, ações, projetos concretos e gestão de processos complexos	Interesses e projetos precisos
R				
A	Troca/ajuda mútua	Mobilização de recursos/intercâmbio	Associação de recursos/intercâmbio	Troca, associação de recursos, intercâmbio, aprendizado
C				
T	Confiança/cumplicidade	Solidariedade/cooperação/conflito	Cooperação/reconhecimento de competências/respeito mútuo/conflito	Reciprocidade/cooperação/confiança/competição
E				
R				
I	Interações horizontais	Idem	Centro animador, operador catalisador → Hierarquia/não-hierarquia	Empresa focal, liderança/hierarquia/não-hierarquia
S				
T				
I	Mudanças/flutuações	Idem	Efêmero/grupo definido	Flexibilidade/longo prazo
C				
A	Engajamento voluntário	Idem	Adesão por competência/interesse	Adesão por competência/contingência
S				
	Racionalidade comunicativa/inst.	Idem	Racionalidade/instrumental comunicativa	Idem

State e do nacional-desenvolvimentismo dá espaço para a emergência de novas formas de exercício da ação pública. Por outro, a crise do fordismo engendra processos de reconfiguração dos sistemas de produção e circulação de mercadorias. No bojo desses movimentos, ressaltam-se os questionamentos às instituições burocráticas e representativas e aos paradigmas homogeneizadores e totalizadores.

QUADRO 2

CAMPO DE AÇÃO PÚBLICA

Padrões "tradicionais"	Inovações
☐ Redes informais e pouco visíveis de acesso a centros decisórios ("anéis burocráticos", redes de clientela...)	☐ Parcerias, espaços, negociação/participação, democratização/mobilização de recursos. Redes "sócio-governamentais de caráter público.
☐ Arranjos neocorporativos	☐ Redes de solidariedade assumem caráter público (ações de solidariedade pública, fóruns, ONGs)
☐ Movimentos sociais cobram do Estado ação pública (reivindicação/pressão)	☐ Ação pública via rede de oferta de serviço — centro anima/incita e articula operadores
☐ Ação pública via aparato específico com profissionais	☐ Trabalho em rede por projeto
☐ Departamentalização	☐ Articulação de ações a partir do local. Repartição de competências
☐ Integração burocrática	

A interação de atores e organizações, enquanto rede, parece funcionar como uma tentativa de ampliar o leque dos parceiros — em quantidade e diversidade —, a fim de viabilizar interesses e projetos comuns. Significa, portanto, um rompimento com os princípios-chave das instituições burocráticas, através da preservação da heterogeneidade entre os parceiros e da busca da flexibilidade de funcionamento, privilegiando as relações de cooperação, sem contudo eliminar os conflitos e a competição. De fato, se a cooperação e a solidariedade são a tônica nas relações intra-redes, a competição e o conflito entre as redes e outras organizações são cada dia mais fortes (ver quadro 3).

QUADRO 3

CAMPO DE PRODUÇÃO/CIRCULAÇÃO

Redes tradicionais	Novas redes
☐ Redes externas de informação e de colaboração entre usuários	☐ Redes de inovadores: <i>joint ventures</i> , licença, acordo de P&D etc.
☐ Desenvolvimento de prod. processo Ex.: Indústria automobilística	☐ Combinação de organizações independentes com núcleo forte e laços fracos e fortes
☐ Âmbito regional	☐ Ligação vital entre produtores e usuários para inovar
☐ Empresa-mãe x satélites	☐ Ligação entre setores estratégicos para processo inovacional. Rede intrafirma = P&D, produção e <i>marketing</i> . Tendência à queda de departamentalização rígida nas redes internas para desenvolvimento de projetos
☐ Semiflexível	
☐ Baixa reciprocidade	
☐ Usufruir externalidades	
☐ Baixo grau de organização	☐ Baixo grau de organização
☐ Baixo grau de orientação estratégica	☐ Elevado grau de orientação
☐ Mantém-se no campo econômico	☐ Deslocamento de fronteiras entre mundo sistêmico e da vida
	☐ Não se mantém no campo econômico interpenetração da lógica. N.R.S.
	☐ Cooperação empresas/redes públicas

Fonte: Elaborado com base em Randolph, 1993 e Freeman, 1991.

Tomando-se especificamente as redes de ação pública, a novidade parece ser a emergência de parcerias e espaços públicos de negociação para a mobilização de recursos e/ou a democratização, em lugar dos mecanismos informais e obscuros de acesso aos centros decisórios. A departamentalização e a integração vertical são substituídas, agora, pelos trabalhos em rede por projeto e pela articulação de ações a partir do local, incorporando-se a idéia de diferentes repartições de competências. Moldam-se, assim, novas formas de relação Estado/sociedade e entre agências e esferas de governo. Por outro lado, o próprio sentido de rede pública parece ampliar-se para além das iniciativas do Estado, com as ações desenvolvidas a partir de ONGs e movimentos coletivos voltados para a formulação e a implementação de políticas sociais.

No campo dos negócios há, de acordo com Freeman (1991), uma tendência a que as redes tradicionais de informação e colaboração entre usuários, tão usadas com o objetivo de viabilizar as ações de desenvolvimento de produtos e processos, cedam espaço às chamadas redes de inovadores, que refletiriam uma contribuição

entre organizações independentes com núcleo forte e laços fracos e fortes. As ligações entre usuários e produtores e entre setores estratégicos, que dariam substância às novas redes, seriam vitais para o processo inovador em um ambiente altamente competitivo e no qual as novas tecnologias ainda são pouco conhecidas. Essa organização em rede também estender-se-ia ao interior das firmas, cujas estruturas de P&D articular-se-iam estreitamente com os setores de *marketing* e produção. Estabelecer-se-iam verdadeiras redes internas nas organizações para o desenvolvimento de novos projetos.

Randolph (1994a) destaca que, ao baixo grau de organização e de orientação estratégica e à limitação de atuação ao campo econômico das redes tradicionais, contrapor-se-iam, nas novas redes, um elevado grau de orientação estratégica, o deslocamento de fronteiras entre os mundos sistêmico e de vida e a dilatação do campo de atuação dessas redes para além do econômico, simultaneamente à manutenção de um baixo grau de organização. O autor trabalha com a idéia de interpenetração das lógicas do mundo sistêmico e da ação comunicativa, que estaria sendo viabilizada pela proliferação da forma de organização em rede (ver quadro 3).

Assim, cabe perguntar se as redes seriam uma forma embrionária de organização social do futuro ou meras formas transitórias.

Alguns autores que estudam o progresso técnico, em especial Freeman (1991), defendem que as novas redes são organizações transitórias que foram formadas porque ainda se conhece muito pouco novas tecnologias como a microinformática, a biotecnologia e os novos materiais. O prognóstico é que, com a ampliação do nível de conhecimento, haja um retorno aos antigos padrões de organização, nos quais a concentração e a centralização são as características básicas. Assim, a firma hierarquizada voltaria a desempenhar o papel central, à semelhança do ocorrido com as indústrias química, petroquímica e automobilística ao longo do presente século.

Piore e Sabel (apud Freeman, 1991) consideram que a complexidade das novas tecnologias imporá a continuidade da forma de organização em rede, uma vez que a firma tradicional já não conseguiria reunir, em seus limites, a variedade de capacidades e conhecimentos demandada para lidar com êxito com essas tecnologias. Assim, na visão desses autores e de um amplo grupo de estudiosos da relação entre progresso técnico e organização, as modificações nos padrões organizativos da produção, entre as quais destaca-se a operação em rede intra e inter-organizações, são irreversíveis. A tendência seria, portanto, não só a consolidação desse padrão organizativo, como até sua prevalência sobre os demais, em especial nos setores de ponta.

A defesa da tese da interpenetração das lógicas dos mundos sistêmicos e de vida, e a conseqüente extrapolação, pelas novas redes, dos limites da esfera econômica, por parte de Rainer Randolph (1994b), levam à inferência de que esse autor pertence às fileiras dos adeptos da idéia de rede como embrião da sociedade do futuro. Nesse novo mundo, parece que os laços de solidariedade prevaleceriam sobre o espírito competitivo que marca a sociedade atual. Dessa forma, a noção de rede estaria vinculada não só à idéia de sociedade futura, mas também ao prognóstico de que essa sociedade seria mais justa, menos competitiva e, portanto, mais saudável. Quanto a esta última tese, todavia, as evidências empíricas mais fortes infelizmente a contradizem.

Essas evidências empíricas parecem confirmar a visão weberiana de que a relação social predominante de concorrência entre agentes que pretendem efetivar trocas no mercado tende a dar lugar, sem dúvida, a relações associativas, “na medida em que alguns participantes fazem algum tipo de acordo, por exemplo, com o fim de aumentar suas oportunidades na luta por melhores preços, ou todos os participantes o fazem a fim de regular e assegurar suas transações” (Weber, 1994:26). Mas essas relações associativas não se assemelham às relações comunitárias weberianas, porque as primeiras nada mais são do que “compromissos entre interesses antagônicos *que eliminam apenas uma parte dos objetos e meios de lutas* (ou pelo menos tentam fazê-lo), deixando de pé a própria oposição de interesses e a concorrência pelas melhores possibilidades” (grifo das autoras, Weber, 1994:26).

CONCLUSÃO

O conceito de rede aparece associado a novas formas de organização e gestão do trabalho, resultantes de questionamentos quanto à eficácia das estruturas burocráticas e hierárquicas, emergindo daí formas mais *soft* e orgânicas de interação nas instituições (Hastings, 1993). Ainda enfocando a unidade, há estudos que destacam que a percepção da organização torna-se mais efetiva à medida que o foco se amplia do intra-organizacional para o nível das relações com outras unidades (Mackechnie, 1994).

Nos estudos que privilegiam as relações interorganizacionais, o conceito de rede aparece, recentemente, aplicado ao campo dos negócios e, em menor escala, ao da ação pública (Alter & Hage, 1993 e 1995; Provan & Milward, 1995; Ring, 1995; Mackechnie, 1995). Nesses casos, a constituição de arranjos entre orga-

nizações, em forma de rede, surge novamente vinculada aos fenômenos de reconfiguração produtiva e de reforma do Estado e ao contexto de acirramento da competitividade.

As redes apresentam duas características básicas: a interação de atores e/ou organizações formais com informais, e a regularidade nessas interações. Essas interações podem ser mais ou menos formalizadas ou até informais, baseando-se em interesses, projetos e ações comuns. As noções de fluidez, complementaridade e interdependência entre atores e organizações, comandadas, em maior ou menor medida, por um centro gerador, servem para indicar redes que se aproximam quer do padrão unidirecional, quer do multidirecional.

Nos estudos enfocados, a preocupação com a conceituação, com a elaboração de tipologias e com a avaliação das redes organizacionais é comum. Ainda que em menor escala, têm-se outras abordagens, que enfocam a problemática do ponto de vista metodológico, o que se torna relevante em face do caráter recente do tipo de estudos mencionados.

A abordagem em rede, quando utilizada como instrumental de análise, destaca-se, parece contribuir para a superação das limitações das abordagens atomistas e mesmo sistêmicas das organizações. Isso porque, tomar uma unidade organizacional ou um arranjo interorganizacional como rede abre a possibilidade de perceber os atores/agentes em suas interações e propósitos e, portanto, em uma dinâmica processual.

Mackenzie (1995), ao observar que toda organização pode ser vista como rede, assinala que a noção de padrões de relação, associada ao conceito de rede, coloca-se como um construto teórico básico e contribui para superar a dicotomia entre ambiente interno e externo da organização. Analisando as abordagens de inovações, De Bresson (1994) vem corroborar e ampliar esta última visão. O modelo de rede é, para este último autor, uma possibilidade de quebrar a divisão artificial entre ator e estrutura, entre firma e ambiente, tão ao gosto de estudos, nas áreas de administração e economia, que tendem a enfatizar a decisão e a prescrição do ator individual, e de geógrafos e economistas regionais que privilegiam a problemática do ambiente em suas análises.

Autores de outras áreas e perspectivas vêm somar-se aos que preconizam a idéia de que o conceito de rede permite superar a dicotomia entre ambientes interno e externo na análise organizacional. Essa confluência de abordagens vincular-se-ia à crise dos paradigmas, a qual tende a induzir os pesquisadores a adotarem uma postura plural, de maior abertura para a diversidade (Deroy-Pineau, 1991;

Kohn, 1991; Villasante, 1994; Randolph, 1994b). Passou-se de um enfoque quase exclusivo nas regularidades — estruturalismo — ou nas entidades individuais — atomismo ou individualismo metodológico — para o que parece ser uma busca de articulação entre os dois níveis de abordagem. Em síntese, o modelo de rede contribuiria para a abordagem das múltiplas relações sociais (Deroy-Pineau, 1991); a análise simultânea dos diversos níveis do social — o indivíduo, o grupo, as organizações e as instituições (Kohn, 1991); a análise das relações objetivas entre atores coletivos e indivíduos de um determinado local (Villasante, 1994). Apesar de todas essas vantagens, persiste o desafio de afinar conceitos e instrumentos de investigação que permitam distinguir mais claramente arranjos organizativos que se apresentem como rede.

Ainda do ponto vista metodológico, os estudos apontam para a idéia de utilização simultânea de instrumentais de campos disciplinares diversos: da antropologia, da sociologia, da geografia e até da matemática e da neurobiologia. Resgatam-se métodos qualitativos de investigação — observação participante, entrevistas abertas, grupos de discussão, análise de discursos confrontados —, combinando-os, em maior ou menor medida, com abordagens quantitativas e estruturais do objeto. Eventos concretos, territórios e propósitos delimitados surgem como referências para a identificação das redes, das ligações entre atores e organizações. No tocante à visualização e à análise, busca-se na teoria dos *graphos* um instrumental. Ao ampliar-se o foco de análise, de interações diádicas, bilaterais, para múltiplas relações, a visualização da rede torna-se mais complexa.

Em virtude da necessidade de recorrer a aportes teóricos de diferentes áreas do conhecimento, surgem, ademais, muitas dificuldades de entrosamento entre as diferentes disciplinas. Sem esse entrosamento, corre-se o risco de perder a visão de conjunto dos problemas relacionados com a investigação e de abraçar uma percepção utilitarista e imediatista do enfoque em rede, reduzindo-o a uma fórmula mecanicamente aplicável ao estudo das organizações complexas. Como lembra Thiollent (1983), “a pluridisciplinaridade não deve ser apenas uma justaposição de pontos de vista ou de especialização estanque. Para uma real coordenação, a reflexão metodológica e epistemológica é cada vez mais importante”.

Isso significa dizer que a problemática da pesquisa no campo das organizações tende a se tornar mais complexa à medida que mobiliza conhecimentos multidisciplinares e, portanto, incorpora problemas teórico-metodológicos de diferentes áreas do conhecimento. “O risco de incompetência manifesta-se no desconhecimento das bases próprias de cada disciplina” (Thiollent, 1983:67). Para evitar esse

risco, urge adensar a rede de conhecimentos sobre a abordagem em rede das organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alter, Catherine & Hagge, Jerald. *Organizations working together*. London, Sage, 1993.

———. Assessing public-private interorganizational networks. *Annals, Workshop on Interorganizational Networks*. Jouy-en-Josas, European Science Foundation Programme, Feb. 1995.

De Bresson, Chris & Amesse, Fernand. Networks of innovators: a review and introduction to the issue. *Research Policy*, North-Holland, 10:363-79, 1991.

Deroy-Pineau, Françoise. Réseaux sociaux et mobilisation de ressources. *Pour*, Paris, Grep, 132:119-30, 1991.

Diani, Mario. The concept of social movement. *The Sociological Review*, 1993. p. 1-25.

Dubouchet, Louis. Le réseaux sociaux: de la distribution à l'insertion. *Pour*, Paris, Grep, 132:79-86, 1991.

Freeman, C. Networks of innovations: a synthesis of research issues. *Research Policy*, North-Holland, 20:499-514, 1991.

Grosselin, Josette & Lefilleul, Marie F. De réseaux — Santé Jeunes. *Pour*, Paris, Grep, 132:39-48, 1991.

Hastings, C. *The new organization*. London, Sage, 1993.

Kohn, Ruth C. Unité e multiplicité du réseau. *Pour*, Paris, Grep, 132:131-8, 1991.

Mackechnie, Geoffrey. A typology of organizational network designs. *Annals, Workshop on International Networks*. Jouy-en-Josas, European Science Foundation Programme, Feb. 1995.

Maurel, Élizabeth. Commande publique, une injonction à la mise en réseau. *Pour*, Paris, Grep, 132:57-68, 1991.

Morgensztern, Florence. Le réseau local d'insertion. *Pour*, Paris, Grep, 132:109-18, 1991.

Neuschwander, Claude. Les réseaux et les acteurs. *Pour*, Paris, Grep, 132:11-8, 1991.

Provan, Keith & Milward, Brinton. An empirically derived theory of interorganizational network effectiveness. *Annals, Workshop on International Networks*. Jouy-en-Josas, European Science Foundation Programme, Feb. 1995.

Randolph, Rainer. Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial. V Encontro Nacional da Anpur, Belo Horizonte, 1993.

———. Novos agentes, novas fronteiras e novas espacialidades — umas reflexões sobre a sociedade brasileira contemporânea. Workshop Avaliação do Planejamento Urbano e Regional, Gramado, Anpur, 1994a. mimeog.

———. Redes estratégicas e redes de solidariedade: suas escalas e seus conflitos a nível local. VI Colóquio sobre Poder Local. Salvador, NPGA/EAUFBA, 1994b. gravação em fita.

Ring, Peter. Processes and outcomes and methods for studying them in interorganizational networks. *Annals, Workshop on International Networks*. Jouy-en-Josas, European Science Foundation Programme, Feb. 1995.

Scherer-Warren, Ilse. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. Conferência Inaugural da International Society for Third-Sector Research, Hungria, 1994. mimeog.

———. Metodologia de redes. VI Colóquio sobre Poder Local. Salvador, NPGA/EAUFBA, 1994. gravação em fita.

Thiollent, M. Problemas de metodologia. In: Fleury, A. C. C. & Vargas, N. (orgs.). *Organização do trabalho*, São Paulo, Atlas, 1983.

Villasante, Tomas. Clientelas y emancipaciones: una introducción metodológica. In: _____ (org.). *Las ciudades hablan*. Caracas, Nueva Sociedad, 1995. p. 25-50.

Weber, M. *Economia e sociedade*. 3 ed. Brasília, UNB, 1994. v. 1.